

O homem que 'salvou' Nova York

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — Felix Rohatyn, Presidente do Banco de Investimentos Lazard Frères foi o principal arquiteto do plano financeiro que salvou Nova York em 1975. Esta semana o Presidente do Banco Central Antônio Carlos Lemgruber volta a Nova York para prorrogar por mais uma vez o acordo da dívida externa do Brasil com os bancos. Rohatyn tem uma proposta para o fim da dívida externa brasileira. Algo que poderá ser realidade em 1988, já que ele é muito considerado para o gabinete caso o Partido Democrata vença as próximas eleições americanas ou caso algum ministro brasileiro adote seu plano. Ele falou ao GLOBO esta semana sobre sua proposta.

O GLOBO — Qual a sua proposta para a dívida externa?

Felix — Não tenho propriamente um plano traçado mas uma proposta baseada no saneamento das finanças de Nova York. Algo a ser discutido por ministros brasileiros com os bancos comerciais e principalmente com os governos dos países credores. A dívida externa do Terceiro Mundo deveria ser reescalonada para um período de 25 a 30 anos com juros fixos de oito por cento por exemplo. Isto seria garantido por uma instituição que seria criada pelo FMI e pelo Banco Mundial com a única finalidade de monitorar dívidas externas. As dívidas seriam pagas a longo prazo, certamente e a curto prazo aliviaria o serviço da dívida. O Brasil não pode continuar pagando juros com a carne e o sangue do seu povo. Uma democracia não pode suportar tamanhas pressões sociais.



“Uma recessão nos Estados Unidos em 1986 teria efeitos catastróficos para o Brasil”

FELIX ROHATYN, Presidente do Banco Lazard Frères

O GLOBO — Como o senhor salvou Nova York?

Felix — Salvei a cidade dentro deste ângulo. Foi criada uma corporação especificamente para este fim, a Municipal Assistance Corp. of New York (MAC) que converteu a dívida da cidade, que era da ordem de US\$ 6 bilhões numa dívida a ser paga a longo prazo com juros variando entre 8 e 8 1/2 por cento. Conseguimos. Não só adiamos o pagamento da dívida mas tivemos novos investimentos para Nova York. Em outras palavras, a economia cresceu e com o crescimento superou o problema da dívida. Caso tivesse agido como o Brasil tem agido nos últimos anos, teríamos 500 mil desempregados em Nova York e uma crise social insuportável. Estamos pagando a dívida e em 18 anos teremos liquidado o problema.

O GLOBO — Isto poderia ser aplicado ao caso brasileiro?

Felix — Sim. O FMI se assemelha muito à corporação que criamos para ajudar Nova York. Uma nova or-

ganização poderia ter o mesmo papel. Com o reescalonamento da dívida para um longo período, garantido por esta agência, poderia haver uma ajuda no sentido de criar uma fonte de renda para os países proveniente da economia dos juros, das exportações e outras formas de renda criadas com a expansão econômica que seriam canalizadas para pagar o débito a longo prazo aos bancos.

O GLOBO — O senhor é a favor de uma nova Bretton Woods?

Felix — Uma nova conferência é necessária. Desde o fim do Acordo em 1971, por iniciativa do Presidente Richard Nixon, os problemas têm aumentado na área financeira mundial e do comércio. A fraqueza do yen japonês por exemplo é ridícula se comparada com o crescimento econômico e a inflação daquele país. Além disso o comércio internacional está cada vez mais interdependente. Uma recessão nos Estados Unidos em 1986 teria efeitos catastróficos para o Brasil.

O GLOBO — O que os Estados Unidos deveriam fazer para aliviar a crise da dívida externa?

Felix — Veja bem, bancos não têm autonomia para tomar todas estas decisões em que baseei minha proposta. Apenas governos, órgãos multilaterais que envolvam países, nações soberanas e governos. Quatro aspectos poderiam ser estimulados pelos governos dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão: 1) a coordenação de uma política agressiva de crescimento econômico para expandir o mercado mundial; 2) a organização do sistema monetário internacional no sentido de que as moedas se mantenham dentro de um padrão, valorização preestabelecida para não ocorrer supervalorização como a do dólar atualmente ou a fraqueza artificial do yen; 3) o reescalonamento a longo prazo com juros baixos do principal da dívida externa do Terceiro Mundo e por fim o reestabelecimento de uma política liberal de comércio em todo o mundo para evitar o protecionismo.

quer ajudar o Brasil